

Dilemas - Revista de Estudos de Conflito

e Controle Social

ISSN: 1983-5922

revistadilemas.editor@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasil

Pinheiro Teixeira, Cesar

O ‘policial social’: Algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em
projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs

Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 8, núm. 1, enero-marzo,
2015, pp. 77-96

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563865500005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

O ‘policial social’: Algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs¹

Cesar Pinheiro Teixeira

Pesquisador do Necvu

A atuação de policiais militares em projetos sociais produz uma dinâmica repleta de ambivalências e conflitos nas favelas ocupadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O presente artigo é baseado em dados produzidos em pesquisa realizada em duas UPPs, localizadas em diferentes zonas da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para entrevistas realizadas com praças da Polícia Militar. Em vez de mobilizar uma avaliação condenando ou aprovando essa dupla inserção, argumentamos aqui que essa aproximação apresenta desdobramentos capazes de tornar as relações entre os atores nas favelas ocupadas por UPPs ainda mais complexas.

Palavras-chave: Polícia Militar, projetos sociais, favela, pacificação, UPP

The role played by military police officers in social projects produces a dynamic replete with ambivalences and conflicts in the favelas occupied by Pacification Police Units (UPPs). The article **The ‘Social Policeman’: Some Observations about the Engagement of Military Police Officers in Social Projects in the Context of UPP-Occupied Favelas** is based on data produced in a study conducted at two UPPs, located in different zones of Rio de Janeiro, focused on interviews with the Military Police. Rather than prompting an assessment to condemn or approve of this dual insertion, here we argue that this coming together actually has consequences that are capable of further complicating relations between actors in UPP-occupied favelas.

Keywords: Military Police, social projects, favela, pacification, UPP

Policiais de UPPs conhecem novas técnicas para desenvolver projetos sociais: PMs participaram de workshop promovido pelo British Council e Tottenham Hotspur

Quarenta policiais militares que desenvolvem projetos sociais e esportivos nas comunidades pacificadas puderam conhecer novas técnicas para trabalhar com jovens e crianças. Eles participaram de um workshop promovido por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Segurança, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), o British Council (Conselho Britânico) e a Tottenham Hotspur Foundation, nesta terça-feira, dia 11 de fevereiro, na sede do 12º Batalhão (Niterói). O objetivo era aperfeiçoar o modo de se relacionar com os jovens moradores de comunidades. A iniciativa faz parte do programa Premier Skills, uma parceria global entre a Premier League (liga profissional de futebol da Inglaterra) e o British Council, e que, no Rio de Janeiro, conta com a parceria da Secretaria de Estado de Segurança. O programa utiliza o futebol como ferramenta para engajar e desenvolver habilidades dos jovens. A comunidade dos Prazeres recebeu a iniciativa em 2011 (site da Coordenadoria de Polícia Pacificadora).

Recebido em: 01/04/2014
Aprovado em: 18/06/2014

1 Este artigo é uma versão bastante modificada de parte do quinto capítulo da minha tese de doutorado (TEIXEIRA, 2013), no qual descrevo empiricamente as articulações entre representações e práticas de diferentes coletivos que se destacam no contexto de “violência urbana” do Rio de Janeiro: bandidos, policiais militares, evangélicos pentecostais e agentes sociais. Além do *policial social*, também explorei, no mesmo capítulo, outros tipos sociológicos, como o bandido evangélico, o bandido trabalhador e o policial evangélico.

Nas favelas ocupadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio de Janeiro, é bastante comum encontrarmos policiais militares envolvidos diretamente na condução de alguns projetos sociais. De forma geral, a ocupação policial é compreendida como uma ação insuficiente para que as transformações desejadas ocorram. Como sabemos, a “entrada do social” é vista como algo indispensável para o “processo de pacificação”. Sem o “social”, a UPP seria um projeto incompleto, afirmam vozes diversas – do governo aos moradores de favela.

Muitos policiais militares também partilham desses pressupostos e decidem incentivar e se engajar em projetos sociais nas unidades em que estão lotados. Assim, atividades esportivas, culturais e até mesmo educacionais – como aulas de reforço – passam a fazer parte da rotina de muitos PMs de UPP.

No entanto, essa dupla atuação – como policial e como agente social – alimenta e exibe uma dinâmica repleta de ambivalências e de conflitos relativos a dois repertórios de significados fortemente presentes em intervenções realizadas nos territórios da pobreza (MACHADO DA SILVA, 2008): o tradicional “repertório da guerra”, que prioriza o conflito violento com as quadrilhas de narcotraficantes; e o “repertório do social”², que prioriza a ação preventiva, por meio do desenvolvimento de atividades visando, entre outros objetivos, à diminuição do envolvimento das pessoas com a criminalidade. O *policial social* seria aquele que mobiliza, simultaneamente, elementos desses dois repertórios. Contudo, é preciso destacar que “policial social” não é – pelo menos por enquanto – uma categoria nativa. Trata-se de uma expressão mobilizada por mim com a finalidade de descrever a dupla atuação sob análise neste texto. Seu valor, como tipo sociológico, está no fato de permitir descrever parte importante da complexa articulação de diferentes representações e práticas que compõem o cotidiano de favelas “pacificadas”. Nesse sentido, não se resume a um termo referente aos policiais envolvidos com projetos sociais; faz, sobretudo, referência às articulações e aos conflitos que constituem, e ao mesmo tempo ultrapassam, as experiências particulares.

² Os sentidos atribuídos a “social” variam razoavelmente de acordo com os usos empreendidos por diferentes atores e coletivos, podendo cobrir uma ampla gama de práticas, como as paternalistas, as civilizatórias, as tutelares, as afirmativas e as emancipatórias. Porém, embora a amplitude do repertório da guerra seja consideravelmente menor do que a do social, não tenho intenção de realizar uma análise capaz de dar conta de toda a diversidade dos repertórios em jogo. Trata-se aqui de uma reflexão limitada a compreender as experiências de alguns policiais militares engajados em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs.

Embora o engajamento de policiais em projetos sociais não seja algo novo, surgido com as UPPs, essa aproximação entre os repertórios está em alguma medida associada ao próprio modelo de policiamento³ adotado nas favelas “pacificadas”, que se propõe a ser distinto do seguido pelos batalhões, e que faz com que o envolvimento de policiais com projetos sociais – e com outras atividades que escapam ao que é tradicionalmente considerado o “domínio da segurança” – componha parte do horizonte de possibilidades institucionais. No entanto, devo adiantar que as reflexões desenvolvidas neste texto não têm a intenção de dialogar com uma perspectiva institucional. Não pretendo discutir se o envolvimento de policiais militares em projetos sociais estaria ou não atendendo às demandas por “policíamento comunitário”⁴ e por “policíamento de proximidade”. Essa ressalva é importante, pois é preciso deixar claro que o que está em jogo aqui é a análise de experiências particulares nas quais os atores mobilizam diferentes repertórios de significados, bem como de seus desdobramentos sociológicos, que complexificam o cotidiano daquelas favelas.

Essa questão será explorada a partir de dados produzidos em pesquisa⁵ realizada em duas UPPs, localizadas em diferentes zonas da cidade. Trata-se da realização de um trabalho de campo que buscou compreender a experiência da pacificação do ponto de vista dos policiais. Entre fevereiro e agosto de 2011, observamos de perto o cotidiano dos policiais nessas duas UPPs. Acompanhamos trabalhos internos, cultos religiosos, trabalhos sociais, rondas, reuniões entre moradores e policiais, etc. A partir de nossa inserção no campo, pudemos também conhecer melhor alguns personagens de destaque por meio da realização de entrevistas com oficiais, praças e moradores.

Com esse trabalho de campo, produzimos um material empírico que permite a análise de questões muito variadas: o envolvimento de policiais com projetos sociais; a tentativa, por parte da polícia, de transformar as UPPs em espaços de mediação política; os conflitos entre policiais e jovens; a dimensão religiosa (evangélica) da “pacificação” na atuação de alguns policiais; as diferenças contextuais entre as duas UPPs pesquisadas e seus impactos no “processo de pacificação” em cada favela. Contudo, como anunciado desde o título, este artigo se limitará a discutir o engajamento dos policiais militares em projetos sociais.

3 De acordo com o site da Coordenadoria de Polícia Pacificadora, “[a]s UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública” (http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp).

4 Uma excelente análise das diversas construções discursivas da categoria “policíamento comunitário” de 1980 a 2000, bem como de suas formas de operação no cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro, foi realizada por Ribeiro (2014).

5 Pesquisa realizada em parceria com Fábio Alves Araújo.

O policial social como homem marginal

Parto, para a presente análise, da hipótese de que o policial social pode ser pensado como um “homem marginal” (PARK, 1928). O sociólogo americano Robert Park cunhou o termo *marginal man* para se referir a trajetórias atravessadas pelo pertencimento a dois (ou mais) marcos identitários – mais precisamente, na linguagem utilizada por Park, “raças” e “culturas”. A preocupação central de Park consistia, então, em compreender a vida que se formava nas metrópoles no início do século XX, às quais ele costuma se referir como um “*melting pot* de raças e culturas”. Para o autor, o homem marginal constitui uma espécie de ponto privilegiado de observação da vida urbana moderna. Por meio de suas existências especialmente conflituosas poderíamos compreender melhor os processos de organização da vida social nas cidades, caracterizadas justamente pela convivência de diferentes grupos.

Inspirado nas ideias de Simmel – de quem fora aluno –, Park encontrou nas análises sobre o estrangeiro um importante ponto de apoio para o desenvolvimento de seu conceito de homem marginal. No entanto, entre as duas categorias há diferenças tão importantes quanto sutis. O estrangeiro está, simultaneamente, próximo e distante do grupo no qual se encontra; está inserido nele sem constituir, como os nativos, parte dele. Por essa razão, é considerado por Simmel alguém capaz de atuar de forma desprendida dos valores e das normas constitutivas do grupo no qual se encontra – o que lhe proporciona, em comparação aos nativos, maior liberdade e maior senso crítico. Para Park, por sua vez, o homem marginal não é aquele inserido em uma nova “cultura” ou em um novo “grupo”; trata-se de alguém que pertence simultaneamente a mais de um deles. Desse modo, o homem marginal seria, pelo menos, duplamente estrangeiro. Enquanto está inserido em uma “cultura” diferente, mas longe de seu grupo primário, o homem marginal, dado seu duplo pertencimento, é simultaneamente, nativo e estrangeiro em cada um deles. Desse modo, o homem marginal não se contrapõe ao estrangeiro; antes, constitui seu desdobramento teórico. Nas palavras de Park (STONEQUIST, 1948, p. 26):

Ordinariamente, o “homem marginal” é um mestiço, como o mulato nos Estados Unidos ou euro-asiático na Ásia, mas parece que isso é porque o mestiço vive em dois mundos, sendo em ambos mais ou menos um estranho. O converso cristão na Ásia ou na África exibe muito, senão todos os característicos do “homem marginal” – a mesma instabilidade espiritual, intensificada autoconsciência, inquietação e mal-estar.

Everett Stonequist, que fora aluno de Park em Chicago, dedicou uma tese inteira ao estudo do homem marginal. Ela foi publicada no Brasil em 1948 com o título de *O homem marginal: Um estudo de personalidade e conflito cultural*. Como o nome da obra permite entrever, Stonequist estava preocupado com a análise de uma condição sociológica bastante específica, relativa àqueles que vivem sob a influência de culturas não apenas distintas, mas também opostas. Park (Idem, p. 28), em sua apresentação ao livro de seu aluno, define a categoria nos seguintes termos:

O “homem marginal”, tal como aqui é concebido, é um indivíduo a quem o destino condenou a viver em duas sociedades e em duas culturas, não só diferentes, mas antagônicas. Assim, o indivíduo cuja mãe é judia e o pai gentio é fatalmente condenado a desenvolver-se sob a influência de duas tradições. Nesse caso, seu espírito é o cadinho em que, por assim dizer, duas culturas diferentes e refratárias se caldeiam e, total ou parcialmente, se fundem. Encontramos nos lugares mais imprevistos indivíduos que são apanhados nesse conflito de culturas.

Partindo das ideias de seu orientador, Stonequist pensa o homem marginal como um tipo de personalidade própria dos “*melting pots* de raças e culturas” que constituem as grandes cidades. Talvez por influência da Escola de Personalidade e Cultura, que marcava fortemente a antropologia americana de então, sua preocupação estava centrada, sobretudo, nos impactos dos conflitos culturais na formação das personalidades. Entre as principais características do homem marginal estudadas por Stonequist, podemos destacar: as experiências-crise, acontecimentos que detonam a “consciência” do duplo pertencimento; sua capacidade de mediar contatos entre

diferentes grupos; o conflituoso processo de assimilação de uma das “raças” ou “culturas” em jogo; e a manipulação dos marcos identitários (o que ele chama de *passing*), forma de descrição e de análise sociológica realizada anteriormente a Erving Goffman – o que me leva, lateralmente, a levantar a hipótese de que as análises de Stonequist podem ter sido o ponto de partida desse outro autor.

De certo modo, apesar da linguagem e dos pressupostos teóricos datados, é possível pensar que enquanto Park procura compreender a organização da vida social nas cidades, Stonequist está preocupado com os processos de construção social da subjetividade operados a partir desses múltiplos pertencimentos que a vida nas metrópoles, então em formação, não apenas permitia como também, em muitos casos, impunha.

Orientado por esse conjunto de questões, explorei o material empírico a fim de compreender uma série de situações vividas por policiais militares engajados em projetos sociais. No nosso caso, em vez das diferentes “culturas” e “raças”, são os repertórios da guerra e do social que constituem o *melting pot* a ser analisado. Na verdade, eles formam parte de um amplo campo de possibilidades (VELHO, 1994) – que também inclui outros repertórios de significados, como os religiosos e os políticos – por meio do qual os atores podem interpretar o mundo, orientar suas relações com os outros e construir a si mesmos. Desse modo, apropriando-me das ideias de Park, foi possível pensar que o contexto de “violência urbana” produz seu próprio *melting pot* e, consequentemente, seus próprios homens marginais – e o policial social representa apenas uma pequena parte disso⁶.

Durante os anos 1990, com o incremento dos conflitos envolvendo quadrilhas de narcotraficantes e policiais, bem como com a significativa repercussão midiática desses eventos, teve lugar a consolidação de uma imagem do Rio de Janeiro como uma “cidade em guerra” (LEITE, 2000): de um lado, os “vagabundos”, criminosos associados ao narcotráfico varejista operado nos territórios da pobreza requalificam e intensificam a criminalização dos favelados a partir da metáfora da “guerra contra os traficantes armados” (LEITE, 2000).

6 As antropólogas Carly Machado e Patrícia Birman (BIRMAN, 2012; BIRMAN e MACHADO, 2011; MACHADO, 2013) vêm analisando uma série de construções discursivas e de práticas a comporem uma perspectiva mais genérica de “pacificação da cidade do Rio de Janeiro”, envolvendo também a articulação entre representações e práticas policiais, religiosas, sociais, midiáticas e políticas.

7 Evidentemente, não é a partir da intensificação dos conflitos armados entre policiais e bandidos, tendo as favelas e periferias como palco principal, que tem início o processo de criminalização da pobreza que deságua nas relações violentas e autoritárias entre policiais e moradores. Estudos como o de Holloway (1997) e de Bretas (1997) mostram com clareza o quanto antigo é esse processo, estando, inclusive, no princípio da construção da Polícia Militar no Rio de Janeiro como instituição. No contexto de “violência urbana”, produto de um longo processo de “acumulação social da violência” (MISSE, 1999), as dinâmicas de violência associadas ao narcotráfico varejista operado nos territórios da pobreza requalificam e intensificam a criminalização dos favelados a partir da metáfora da “guerra contra os traficantes armados” (LEITE, 2000).

Na continuidade desse processo, dada a contiguidade social e territorial com as quadrilhas de narcotraficantes, a população favelada passou a ser vista e tratada pela polícia a partir desse enquadramento: como “inimigos em potencial” (MACHADO DA SILVA, 2008). Ou seja, a metáfora da “cidade em guerra” produz um repertório de significados que extrapola os conflitos entre policiais e bandidos, enquadrando também os demais moradores de favela e, de certa forma, indo mais além e organizando parte significativa da sociabilidade urbana no Rio de Janeiro, uma vez que constrói um mapa moral que divide os cidadãos entre “cidadãos de bem” e “vagabundos”.

Entretanto, também a partir da intensificação dos conflitos entre policiais e bandidos, e de seus funestos desdobramentos, outras modalidades de intervenção nos territórios da pobreza ganharam força. Durante os mesmos anos 1990, também assistimos à expansão do negócio do social (GARCIA, 2004) e ao fortalecimento de ONGs que propunham atuar diretamente em relação à questão da “violência urbana”. Algumas delas, como o Grupo Cultural Afroreggae, cresceram a partir de episódios de violência policial, como a Chacina de Vigário Geral. Essas iniciativas buscam problematizar o repertório da guerra, e a intensificação da violência por ele produzida, mobilizando um repertório concorrente, que busca enquadrar questões como o “crime” e a “violência urbana” a partir de uma perspectiva social. Nesse sentido, buscam “agir preventivamente”, com projetos sociais visando diminuir as chances de envolvimento, sobretudo dos jovens, com a criminalidade – quase sempre associada ao narcotráfico varejista local.

Desse modo, embora os projetos sociais corram altos riscos de reificarem os preconceitos constitutivos do repertório da guerra, identificando os moradores de favela, sobretudo os mais jovens, como “potencialmente criminosos” (ROCHA, 2012) – em relação a quem seria necessário “agir preventivamente” –, produzem um repertório de significados que ora disputa o protagonismo e a legitimidade das intervenções nos territórios da pobreza, ora se articula com outros repertórios.

8 É interessante notar como o “crime” – cuja representação, no contexto de “violência urbana” no Rio de Janeiro, assenta-se principalmente sobre as práticas dos narcotraficantes varejistas atuantes em favelas e periferias – é o que permite a aproximação dos repertórios em jogo neste artigo. Tanto o repertório da “guerra” quanto o do “social” constituem formas de conferir sentidos orientadores das práticas em relação ao “crime” e aos “bandidos”. Infelizmente, neste texto, não há espaço para desenvolver esse ponto. Realizei essa análise em minha tese (TEIXEIRA, 2013), na qual descrevo empiricamente como, a partir da figura do bandido, ergue-se uma complexa articulação entre os principais repertórios de significado do contexto de “violência urbana” no Rio de Janeiro.

O policial social representa justamente o encontro, em uma trajetória individual, dessas duas propostas de intervenção: a “guerra ao crime” e a “prevenção do crime”.⁸ Cabe, portanto, perguntar como isso é possível. De que maneira esses diferentes repertórios se articulam nas experiências de policiais militares engajados em projetos sociais no contexto das favelas ocupadas pelas UPPs? Em que medida o engajamento de policiais em projetos sociais permite que os atores se distanciem criticamente do repertório da guerra? De que forma os atores manipulam os limites e as ambivalências em jogo? Quais são suas principais consequências sociológicas? Em suma, quais são os principais impactos da atuação marginal de policiais sociais no cotidiano das favelas “pacificadas”?

Com base em duas experiências “boas para pensar”, como diria Lévi-Strauss – a do soldado Fagundes e a do soldado Almeida⁹ –, poderemos compreender melhor a condição marginal do policial social, algumas das articulações possíveis entre os repertórios da guerra e do social, bem como alguns de seus desdobramentos sociológicos.

Policiais militares e projetos sociais no contexto das UPPs

Fagundes

Fagundes é um soldado cuja carreira se iniciou bem antes de sua entrada para a UPP. Ele fez parte do batalhão responsável pela área que incluía a favela em que trabalha atualmente, tendo ali participado de diversas incursões e inúmeros confrontos armados. A narrativa construída por ele na ocasião da entrevista procura organizar sua trajetória, reconstruindo para o interlocutor os caminhos que o conduziram a seu engajamento como professor de jiu-jítsu de crianças e jovens na UPP em que atua. As aulas acontecem durante a semana, nos dias de folga do policial. Os alunos treinam no próprio prédio da UPP, onde também estão aloados projetos sociais associados a instituições como Senai e Firjan, além de iniciativas mais modestas, lideradas por moradores. Fagundes nos conta como iniciou seu envolvimento com as aulas de artes marciais:

9 Todos os nomes de pessoas e lugares foram substituídos por nomes fictícios, a fim de se garantir o anonimato dos policiais entrevistados.

O capitão Garcia ficou sabendo que eu era faixa preta de jiu-jítsu, me convidou pra dar aula, a princípio só pros policiais militares, que era uma reciclagem constante que tinha que ter aqui dentro da unidade. Durante o serviço eles viriam aqui, as turmas, e fariam aula de defesa pessoal. Nessa época as crianças já começaram a entrar no prédio [da UPP] e ficavam aqui na porta vendo. E a criança chama o policial de verme e o policial chama a criança de micrório. E era um tal de: "Pô, tio, tio, deixa eu treinar, deixa eu treinar". E o capitão: "Cara, seria interessante e tal, as crianças tão entrando, fazer esse trabalho com elas, fazer essa amizade com a Polícia Militar, pra eles aprenderem que a polícia tá aqui pra ajudar eles, que é pra eles que a polícia tá aqui". E eu, na minha cabeça era: "Capitão, quando a gente passa, essa criança tá contando quantos policiais entraram pra falar pro traficante. Isso aí é tudo olheiro, capitão. Essas crianças não vêm pra cá pra treinar, não; elas vêm pra cá pra tomar conta da gente". E o capitão: "Fagundes, fica tranquilo, a gente tá fazendo um trabalho aqui, a gente tem que mudar, o que a gente fizer com essas crianças agora, é a sociedade de amanhã, é o adulto de amanhã". Aí eu: "Pô, capitão, não me leva a mal, não; não trabalho com favelado, não; é tiro, porrada e bomba o tempo todo". Passou um mês, dois meses, o pessoal ficou insistindo, pedindo, pedindo. Aí você vai começando a observar, né? Pô, tão pedindo direto, o capitão perturbando, vou tentar pra eles pararem de encher meu saco e acabar logo com essa perturbação na minha cabeça. Aí eu falei: "Capitão, a situação é a seguinte: 20 crianças no máximo, que favelado é tudo mal-educado, a gente tem que ver isso aí. Então, é no máximo 20". Aí ele: "Não, tá tranquilo". Pô, botei um cartazinho lá fora, por determinação dele. No primeiro dia, 20 crianças; tinha 30 aí dentro e eu tive que expulsar dez. Pô, aí você começa... é criança, né? Não tem coração que não amoleça. Aí eu vi que não era nada daquilo; aí eu vi que a realidade é outra.

Em um primeiro momento, a narrativa de Fagundes procura caracterizar uma distância prévia, marcada pelo repertório da guerra, entre o policial e os moradores: "[N]ão trabalho com favelado, não; é tiro, porrada e bomba o tempo todo". No entanto, o entrevistado constrói essa caracterização justamente para tentar desconstruí-la posteriormente, argumentando que a aproximação com os moradores por meio das aulas de jiu-jítsu fez com que ele

problematizasse o repertório de significados utilizado até então para sua navegação social naquele território: “Aí eu vi que não era nada daquilo; aí eu vi que a realidade é outra”. No início da conversa, Fagundes procurou construir uma narrativa de caráter linear, na qual teria substituído a mobilização de um repertório por outro, descrevendo um processo de transição simples.

Aqui, eu vou usar uma expressão, eu era famoso. Minha equipe, graças a Deus, era uma equipe muito boa. A gente trabalhava bastante. Caía pra dentro e tinha resultado. Eles conhecem a gente. Sabem o nome. E o pessoal não gostava de mim mesmo. “Pô, o Fagundes é horrível”. E sempre fui muito ruim mesmo. Ruim, mas trabalhando. Na minha visão eu era um ótimo policial. Sempre trabalhei. Então a gente caía pra dentro aí. As mães não gostavam de mim, não me conheciam na extensão que elas têm hoje. Teve uma vez que eu *tava* sentado ali dentro, uma senhora que trabalha aí na Cedae, ela faz leitura de medidor, não sei qual é o trabalho dela, mas tá sempre com a blusa da Cedae, tá sempre aqui dentro também... ela é um elo de ligação da gente com a comunidade. Aí ela tomou coragem e falou: “Fagundes, nunca gostei de você, eu te odiava”. Dez minutos conversando comigo ali, aí ela: “Pô, mas todo mundo fala bem de você, tô vendo que não é nada disso. Você é uma pessoa boa”. Mas ela mandou assim pra mim: “Eu te odiava, vi você correndo com a arma na mão, os garotos correndo e você correndo atrás”. E eu falei: “Pô mas eu *tava* trabalhando *pra* senhora”. Porque na visão dela não... tô de arma e pô... aí depois ela conversou comigo, me conheceu. Até tem umas crianças que falavam: “Pô, professor, tu *era* sinistro: *revistou* minha irmã, *botou* a arma na cara dela, *revistou* meu pai, revistou meu pai todo, *tu era* sinistro”. E eu: “Pô, eu *tava* trabalhando”.

Apesar de inicialmente ter procurado construir uma narrativa capaz de caracterizar uma transição de um repertório a outro, Fagundes esbarrou em dificuldades que expõem o caráter ambivalente e conflituoso de sua condição marginal. Na entrevista, ao mesmo tempo que procura mostrar como seu engajamento no projeto social reduziu as distâncias em relação às pessoas antes tratadas por ele como “inimigos em potencial” – fazendo inclusive menção às revistas violentas

que praticava –, procura também justificar suas ações, dizendo estar trabalhando. O soldado enfrenta dificuldades para qualificar o que ele caracteriza como sua atuação anterior: se do ponto de vista de quem opera com o repertório da guerra, ele estava apenas fazendo seu trabalho (“Na minha visão eu era um ótimo policial.”), da perspectiva de quem opera com o repertório do social, aquele seria um tipo de comportamento moralmente condenável (“Sempre fui muito ruim mesmo.”). Fagundes procura dar conta desse conflito, sintetizando os diferentes repertórios em uma única justificativa: “Ruim, mas trabalhando”. Assim, embora a atuação no projeto possa, de acordo com a narrativa, ter contribuído para que o policial tenha, em alguma medida, problematizado a mobilização do repertório da guerra em seu cotidiano profissional, este não é necessariamente abandonado.

Em outros trechos da entrevista, as tensões das quais Fagundes tentou escapar no início da conversa aparecem com mais força. Ele deixa patente para o interlocutor que, apesar de ter problematizado minimamente o repertório da guerra, “não deixou de ser um policial militar”.

Eu, enquanto policial militar, um dos meus maiores orgulhos eram autos de resistência, que é morte de traficante em combate. Bato no peito: polícia. Tava de serviço. Subi e matei mesmo. Fui baleado em serviço. Eu tenho uma faixa de dez a 15 autos de resistência. Só que, hoje, conheço Dona Vera, do apoio – trabalha comigo aqui –, [que] perdeu o filho em confronto com a polícia; Dona Margarida perdeu o filho em confronto com a polícia; a mãe do falecido Paulinho – teve aqui agora –, a polícia matou o filho dela. A gente passa a ter contato com uma outra realidade. A gente, quando tá no combate, você entra num nível de estresse e concentração tão grande que você olha pra pessoa, olha pro cidadão: tá armado? Bora, vai, passa, vai em frente. Você não sabe se é o Cesar, se é o João, se é o Marcos. Hoje em dia eu conheço um monte de gente e chamo pelo nome. A gente começa a ter um outro relacionamento com a comunidade. Começa a conhecer, a respeitar e ver de outra forma mesmo. Eu nasci na Vila Fluminense, na Zona Oeste, favela, e fui criado no Morro do Ratão, na Zona Norte, também favela. Vi o tráfico a vida toda e odiei a vida toda. Eu queria ser policial pra acabar com aquilo. Hoje, aqui dentro, com as crianças, eu acho... eu acho, não, eu tenho certeza

que eu posso acabar de outra forma. Eu sempre fui adepto da polícia de combate. Eu sempre gostei; não me via... Eu tô agora há sete meses trabalhando com as crianças aqui e eu não me via nessa posição. Não me via fazendo esse tipo de trabalho que eu faço, apesar de estar sendo feliz fazendo esse tipo de trabalho que eu faço hoje. Eu não me via. Sempre gostei de fuzil, mochila, parte pra dentro. Só que... uma expressão gasta e batida que todo mundo fala... que enxuga gelo... E a realidade é essa. (...) Eu acho que [o combate] é uma parte importante e necessária, mas não pode ser só isso. Porque não tem efeito matar vagabundo, prender vagabundo, sem ter esse tipo de trabalho que é feito. A reposição é muito rápida e é muito barata. A obra que tem aqui na frente – muitos deles, você pode puxar ali que você vai ver, ou têm antecedente criminal ou *deu* sorte e nunca *foi* fichado, mas *tava* aí no tráfico. E hoje tá trabalhando aí. E eu olho assim e falo pra muita gente aí: "Pô, tem que respeitar, porque essa betoneira na cabeça o dia todo... Eu, aqui dentro do prédio, me incomoda; imagina quem tá lá na rua lá? E tão trabalhando. Ou seja, foi dada a oportunidade e tão trabalhando. Ele tem que ter isso; tem que ter oportunidade. Não que o combate não seja necessário, pelo contrário, ele é necessário. Tem que prender mesmo. Dar voz de prisão se resistir. Não tem outro caminho: atirou na polícia, a polícia vai revidar. E se tiver que morrer alguém, que seja o traficante e não o policial. Mas podendo ser como tem sido hoje..."

Em geral, entretanto, não é tão simples, tanto para policiais quanto para moradores, em seu cotidiano nas favelas “pacificadas”, ainda que em medidas consideravelmente diferentes, demarcar as fronteiras entre ser o “inimigo que precisa ser combatido através da força” e ser aquele “que precisa ser impedido de engrossar as fileiras do crime através dos projetos sociais”. Como os limites são tênues e facilmente manipuláveis – no sentido goffmaniano do termo –, em determinadas situações os códigos são definidos e redefinidos tão rapidamente que as relações entre policiais e moradores ganham um forte caráter de imprevisibilidade.

Eu já abordei aluno que treina aqui comigo, eu subi o morro e ele correu, e eu fui atrás. “Pô, tu correu por quê? Vem cá, vem cá. Polícia mesmo: a arma aqui. Por favor, mão na parede”. “Pô, professor, tá me estranhando?” “Eu não tô te estranhando, não. Você

correu; correu por quê? "Pô, professor, nem vi o senhor". "Ah, se é isso tá beleza". Revistei. "Não tá com nada, então vai lá. Vai treinar amanhã?" "Amanhã eu não vou, não, que minha mulher tá doente, mas semana que vem eu volto". Normal: na outra semana tava aqui treinando comigo ali. "Pô, o professor aí saiu correndo atrás de mim." Não é porque existe o trabalho comunitário que vai ter paternalismo. Aqui a gente não tem permissão pra combater o crime, não; a gente tem é determinação: é Polícia Militar, é firme mesmo, não tem outro nome. A UPP é Polícia Militar: o contracheque é o mesmo, a viatura é a mesma, o equipamento é o mesmo; continua o combate.

As fronteiras podem facilmente ser desconstruídas e reconstruídas pelos atores: em uma situação, o policial social é aquele que se aproxima dos favelados atuando como um agente social. Por sua vez, estes se tornam alunos e não são mais "inimigos em potencial" e suspeitos de conivência com o tráfico. Porém, em outras situações, o policial social desloca novamente as fronteiras em jogo. Como vimos, o aluno se torna um suspeito por ter corrido quando da aproximação do policial, que é também seu professor. No entanto, o rapaz retorna à aula, e volta a interagir com o policial, agora novamente na condição de agente social, tornando-se, mais uma vez, seu aluno. Conforme mostra a narrativa, a ambivalência da condição do policial social é capaz de produzir situações extremamente tensas, nas quais a mobilização dos diferentes repertórios torna os contatos entre policiais e moradores bastante imprevisíveis.

Almeida

O soldado Almeida é formado em educação física e está em uma UPP desde seu início – que coincide, aliás, com o início de sua carreira como policial. Quando o conheci, ele dava aulas de ginástica na sede da unidade. Porém, havia acabado de encerrar sua participação em um projeto de aulas de futebol que tinha lugar fora da sede, na quadra da favela, razoavelmente distante do posto policial. Durante um tempo, Almeida ficou afastado da escala de serviço como policial, dedicando-se exclusivamente às aulas. No entanto, o soldado teve de retornar à escala e, a partir de então, teve também muitas dificuldades para se manter como professor.

Hoje quem tá dando aula lá em cima é um professor nascido e criado dentro da comunidade. Enquanto eles não me viram assim fardado, eles estavam vindo. Eles sabiam que eu era policial. A partir do momento que eles me viram fardado e fazendo o trabalho social... é difícil. Imagina: se eu prender o pai de uma criança? Hoje, na aula de ginástica... agora eu dou aula de ginástica. Tava fora da escala, voltei pra escala. Se eu prender ou de repente se houver uma troca de tiro, alguma coisa desse tipo, e se eu prender marido ou filho? Uma senhora dessa da ginástica... você acha que ela vai continuar fazendo aula comigo? Ela não vai permanecer.

Em vez de tentar organizar uma narrativa coerente, como Fagundes, o soldado Almeida critica e expõe para o interlocutor a ambivalência da sua condição marginal: diz que não pode se aproximar das pessoas (o que seria um dos principais objetivos do trabalho social realizado por policiais) se tiver que as tratar, simultaneamente, como alunos e suspeitos. O soldado procura mostrar como seu engajamento nos projetos sociais é prejudicado pela ambivalência de sua condição marginal. Vejamos:

Quando *iniciou* o projeto de futebol na quadra lá em cima, os garotos não falavam nem comigo, porque sabiam que eu trabalhava no [Posto de Policiamento Comunitário] PPC, que eu tirava serviço lá em cima, que eu abordava, revistava, dava dura. O capitão [da UPP] me fez um convite pra montar uma equipe de futebol de maior de 18. Aí desci do PPC fardado pra falar com eles. Ninguém falava comigo. O policial, ou ele tá fazendo o trabalho social ou ele tá fazendo o trabalho policial; não dá pra fazer os dois. O policial fazendo o trabalho social, o que ele consegue? Ele consegue algumas informações, ele consegue quebrar a resistência, ele consegue mudar essa visão. Aí o que aconteceu lá em cima? Eu falei pro capitão: "Chefe, é preciso chegar lá em baixo à paisana". Aí ele autorizou. Eu levei a roupa, troquei de roupa lá em cima e desci. Cheguei na quadra à paisana: "E aí, beleza, beleza?" Mudou já a figura. Aí me apertaram a mão. Aí eu falei: "Tô com um campeonato aí, a UPP foi convidada". Aí expliquei. Aí eles: "O bloco tá fechado; é o time do verdão".

Como podemos observar, a narrativa aponta para o peso dos símbolos nas relações estabelecidas entre moradores e policiais: tudo parece indicar que a farda carrega consigo os indicativos do repertório da guerra, que coloca os moradores na posição de “inimigos em potencial”. Os rapazes se recusam a falar com o policial fardado. Evidentemente, pode-se argumentar – e Almeida o faz em outros trechos da entrevista – que a recusa dos rapazes está mais ligada ao medo de serem reconhecidos pelos bandidos locais como cúmplices da polícia, o que, inversamente, também faria com que os jovens ficassem sob uma lógica de suspeição (de delação dos traficantes locais). Mas é importante sublinhar o seguinte: embora o policial não estivesse fardado no segundo contato, os rapazes sabiam de sua condição, “que dava dura”. Afinal ele estava fazendo um convite para que formassem um time que representasse a UPP em um campeonato. Sua condição de policial não estava sendo ocultada com a ausência da farda. Almeida era um policial conhecido naquela região. A substituição do traje militar pelo civil representava a manipulação de uma linguagem visual decisiva para aquele contato: de certo modo, seus trajes indicariam que aquela aproximação seria regida por um outro repertório de significados (que não o da guerra). Sem a farda, seria plausível acreditar que Almeida não estava se aproximando para lidar com suspeitos. De todo modo, de acordo com a narrativa, isso foi o que facilitou a aproximação e a negociação entre o policial e os jovens moradores.

Agora, você estando fardado, muda. Lá em cima eu cheguei na quadra fardado e ninguém falou comigo. Agora mesmo eu falei com a menina no corredor e ela ficou olhando pra mim assim, e eu: “Sou o professor, da ginástica”. E ela: “Ih, tá diferente!”. Ela mesma não me conheceu. Por quê? Me vê aqui de noite dando aula aqui à paisana, de bermuda, camiseta... A fala, a forma de agir completamente diferente... Não posso agir como policial, não vou agir como policial, vou ter atitude de professor com ela, proximidade, contato físico, que é diferente. Eu, fardado ali, vou chegar ali na Carminha, ali, mostrar intimidade com ela ali, daqui a dois minutos, meia hora, vai chegar alguém e: “Ah, tá ‘xisnoveando’ [delatando] aí, tá de casinho com polícia né?”. Aí já vão começar a falar dela, mesmo que ela nem tenha falado nada.

Nesse trecho de entrevista, o soldado Almeida continua a desenvolver a ideia de que a farda reforça a lógica da suspeição e ajuda a produzir o distanciamento entre policiais e moradores. No entanto, a situação narrada é acrescida de um novo e importante elemento: uma moradora não foi capaz de reconhecer seu professor de ginástica ao ser cumprimentada por ele quando fardado. Procurando explicar para seu interlocutor por que razão isso aconteceu, o soldado tece uma conexão extremamente interessante entre os símbolos dos repertórios em jogo e a adequação de diferentes linguagens corporais: não seria apenas a farda – como um traje – que apontaria para a utilização do repertório da guerra em uma possível interação cotidiana; de acordo com Almeida, a farda está conectada a uma linguagem corporal específica, própria do repertório da guerra, que coloca os moradores sob suspeição. Em vários momentos da conversa, ele também pontuou que, ao operar com o repertório da guerra, isto é, ao agir como policial militar, acionava uma linguagem corporal que tornava as interações ásperas e distantes. Assim, o repertório do social permitiria, e ao mesmo tempo justificaria, uma forma diferente de interação com os moradores, caracterizada pelo relaxamento das linguagens (inclusive a visual, utilizando trajes casuais), pela proximidade e pelo contato físico. Por isso, aovê-lo fardado, a aluna de Almeida teria sido incapaz de reconhecê-lo: a narrativa indica que o soldado não estava apenas revestido com os símbolos do repertório da guerra, mas também agia de forma consideravelmente diferente – as duas linguagens (visual e corporal) estariam intimamente conectadas.

Contudo, apesar de Almeida narrar situações que reforçam a ideia de que o envolvimento de policiais em projetos sociais poderia aproximar-los de moradores, ele também argumenta que essa aproximação apresenta desdobramentos capazes de sofisticar o trabalho entendido como mais propriamente policial. Com as transformações impotas pelo contexto das UPPs ao mundo do crime, argumenta o entrevistado, o acesso a informações ganhou relevância para o trabalho do policial militar. Dessa forma, para Almeida, a atuação dos policiais em projetos sociais poderia incrementar a atividade policial.

O objetivo do projeto [da UPP] não é zerar o tráfico, até porque pra zerar o tráfico você tem que fechar fronteiras. Qual é a questão, então? Matar a entrada, não deixar entrar. Qual seria a questão? Acabar com a ostentação, com o poderio. E isso acabou. Aí eles agora mudaram, agora não é o tráfico pesado, é o tráfico formiguinha, o chamado “estica”. O cara põe um ou dois *papelzinho* no bolso. Se você pega ele, se você leva ele pra delegacia, ele é usuário. Aí você tem que estudar o local, buscar informação, descobrir onde ele esconde a carga, pra você fazer a apreensão da carga e prender o traficante. Aí você consegue dar um golpe no tráfico. Sem ser dessa forma, fica difícil de você fazer. Essa informação é fundamental pra você conseguir reduzir os índices. O objetivo é você reduzir o número, mas, pra você reduzir, você tem que trabalhar com informação. Infelizmente a sociedade ainda tem muito receio de passar informação. E existem outras formas de transmitir. Existe o Disque Denúncia – ou ligar pra unidade aqui de um telefone anônimo, ou ligar de um orelhão lá embaixo e falar.

De acordo com Almeida, mesmo que um policial se dedique exclusivamente a um projeto social, ele poderia contribuir significativamente para o trabalho considerado mais propriamente policial, utilizando a proximidade com os moradores, possibilitada pelo contexto do projeto e pela mobilização do repertório do social, para conseguir informações necessárias para o trabalho policial.

Eu fiz prova pra polícia. Mas, hoje, eu podendo utilizar o meu nível de instrução – que eu sou formado em educação física – pra fazer um trabalho social, quebrar uma distância, eu prefiro fazer esse tipo de trabalho. Só que para realizar esse tipo de trabalho, o melhor é estar fora da escala. Porque aí eu posso me dedicar a esse tipo de trabalho. Mas estando na escala fica difícil. Amanhã tem um passeio. Eu saio do serviço hoje; amanhã é a minha folga. Aí eu perco uma folga minha pra poder fazer o passeio. É um serviço extra. Pela Suderj, pela Firjan, alguém que apoie o projeto social... sendo que você junta o útil ao agradável. Pra mim é interessante receber uma verba a mais pra fazer um trabalho social legal e, ao mesmo tempo, fazendo o trabalho policial, porque você acaba... informações que não te chegam direto... ou pela informação direta do aluno pra você... ou conversas... Você escuta as pessoas conversando dentro da aula, você acaba ouvindo, acaba sabendo de alguma coisa, acaba conseguindo algumas informações a mais. Mas, infelizmente, você *tando* na escala, você perde isso; esse benefício você perde.

Em um primeiro momento, o policial critica a dupla atuação, apontando para as limitações que a atuação como policial militar provoca em sua atuação como agente social. Durante a entrevista, faz uma análise minuciosa dos conflitos relacionados à articulação dos repertórios da guerra e do social, mostrando como seus símbolos e suas linguagens corporais repercutem nas interações com os moradores. No entanto, argumentando a favor de uma separação entre policiais que atuem apenas como policiais e policiais que atuem apenas como agentes sociais, Almeida reconstrói a ambivalência anteriormente questionada, descrevendo possíveis maneiras de se realizar um serviço policial atuando como agente social. Dessa forma, é possível pensar que o engajamento de policiais militares em projetos sociais também poderia potencializar a operatividade do repertório da guerra, sofisticando-a: transformando alunos em informantes, através da manipulação das fronteiras entre os diferentes papéis em jogo.

Considerações finais

Procurei mostrar neste artigo que essa aproximação dos repertórios possui desdobramentos sociológicos capazes de complexificar bastante as relações entre os atores no contexto das favelas ocupadas por UPPs. O engajamento de policiais militares em projetos sociais produz uma condição marginal que desvela uma série de articulações possíveis entre o repertório da guerra e o repertório do social no contexto das favelas “pacificadas”. Essas articulações entre os dois repertórios, por meio do engajamento de policiais militares em projetos sociais, ampliam e dinamizam significativamente as fronteiras entre policiais e moradores de favela.

A depender das situações, os atores transitam (às vezes muito rapidamente) entre os diferentes papéis em jogo: policiais, professores, agentes sociais, alunos, suspeitos, potenciais inimigos, informantes. A mobilização simultânea desses diferentes repertórios pode fazer com que as interações cotidianas se tornem ainda mais imprevisíveis, já que não é tão simples reconhecer quando prevalecerão os códigos de um repertório ou de outro.

Referências

- BIRMAN, Patrícia. (2012), “Cruzadas pela paz: Práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro”. *Religião e Sociedade*, Vol. 32, nº 1, pp. 209-226.
- _____ [e] MACHADO, Carly. (2011), “A violência dos justos: Evangélicos, mídia e periferias da metrópole”. *RBCS*, Vol. 27, nº 80, pp. 55-69.
- BRETAS, Marcos. (1997), *Ordem na cidade: O cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro, Rocco.
- GARCIA, Joana. (2004), *O negócio do social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HOLLOWAY, Thomas. (1997), *A polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- LEITE, Márcia. (2000), “Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. *RBCS*, Vol. 15, nº 44, pp. 73-90.
- MACHADO, Carly. (2013), “É muita mistura’: Projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro”. *Religião e Sociedade*, Vol. 33, nº 2, pp. 13-36.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). (2008), *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MISSE, Michel. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), Iuperj.
- PARK, Robert. (1928), “Human Migration and the Marginal Man”. *American Journal of Sociology*, Vol. 23, nº 6, pp. 881-893.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. (2014), “Sobre o significado do policiamento comunitário: Uma análise dos ‘accounts’ empregados pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (1980-2000)”. Em: WERNECK, Alexandre [e] CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (orgs). Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro, Casa da Palavra.

ROCHA, Lia de Mattos. (2012), “Representações e autorrepresentações: Nota sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos de audiovisual”. Em: SANTOS, Angela; MARAFON, Gláucio; [e] SANT'ANNA, Maria Josefina (orgs). Rio de Janeiro: Um território em mutação. Rio de Janeiro, Gramma/Faperj, pp. 133-154.

STONEQUIST, Everett. (1948), O homem marginal: Estudo sobre personalidade e conflito cultural. São Paulo, Livraria Martins Editora.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. (2013), A teia do bandido: Um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais. Tese (doutorado), PPGSA, UFRJ.

VELHO, Gilberto. (1994), Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Zahar.

RESUMEN: La actuación de agentes de la policía militar en proyectos sociales produce una dinámica rellena de ambivalencias y conflictos en las favelas ocupadas por Unidades de Policía Pacificadora (UPP). El artículo **El ‘policía social’: Algunas observaciones sobre la participación de agentes de la policía militar en proyectos sociales en el contexto de favelas ocupadas por UPPs** se basa en datos obtenidos en encuesta realizada en dos UPPs, ubicadas en diferentes zonas de la ciudad de Río de Janeiro, especialmente entrevistas hechas con agentes de la Policía Militar. En vez de movilizar una evaluación de condena o aprobación de la doble inserción, sostenemos aquí que esta aproximación presenta desarrollos capaces de hacer las relaciones entre los actores de las favelas ocupadas por UPPs aún más complejas.

Palabras clave: Policía Militar, proyectos sociales, favela, pacificación, UPP

CESAR PINHEIRO TEIXEIRA (cesarpinheiroteixeira@gmail.com) é pesquisador de pós-doutorado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil), e do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (Cevis). É doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), da UFRJ, e tem graduação em ciências sociais Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj, Brasil).